

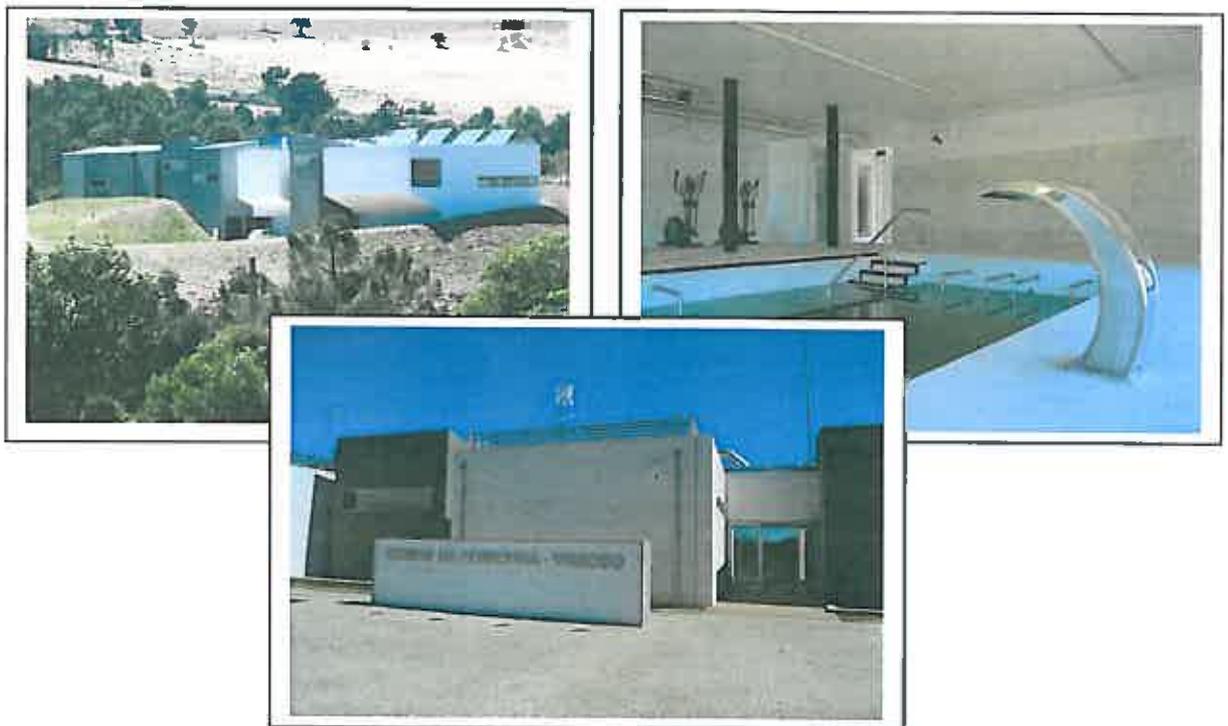
município de

VIMIOSO

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the initials 'SP.' and '4-7.'

MUNICÍPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL



**RELATÓRIO DE GESTÃO
2013**

MARÇO 2014

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Aureliano' and a date '2013']

Índice

1 – Introdução.....	2
2 - Estratégia Operacional.....	3
3 – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos.....	5
4 - Considerações Gerais das Contas do Município.....	7
5 – Receita	8
6 – Despesa	15
7 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos	19
8 – Transferências e Subsídios	22
9 – Dívida do Município.....	23
10 – Situação Económica e Financeira – Sua Evolução.....	24
11 – Conclusão.....	30

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

1 – Introdução:

O relatório de gestão integra os documentos da Prestação de Contas do Município de Vimioso no ano de 2013, dando cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece como competência da Câmara Municipal a elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

O regime de contabilidade autárquica em vigor (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações) refere como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Relativamente ao relatório de gestão convém referir que se torna pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Administração Local, pelo que as conclusões feitas relativamente à sua gestão deverão ter em conta que a missão do Município de Vimioso será sempre a satisfação das necessidades coletivas e não a obtenção de lucro.

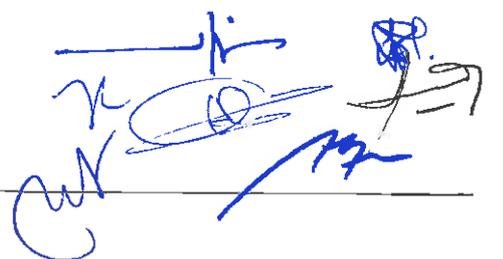
PRESENTE NA REUNIÃO
ORDINÁRIA

07 ABR. 2014

DELIBERAÇÃO:

Deliberado aprovar e submeter à aprovação da ASS. Municipal.

[Handwritten signature]



2 - Estratégia Operacional:

2.1 Enquadramento Nacional:

Apesar das autarquias disporem de autonomia administrativa e financeira a verdade é que ela é relativa, em particular neste período de crise, que se reflete na diminuição de recursos financeiros, na sequência das opções do governo central, além das restrições colocadas por nova legislação.

2.2 Opções Locais:

Toda a ação de executivo foi condicionada por esta conjuntura, donde, foi dada particular atenção ao equilíbrio das contas por forma a não comprometer a saúde financeira da autarquia, a qual comprometeria toda a política social que importava, por clara opção, implementar.

Privilegiamos como até aqui, programas Comunitários, demos especial atenção à atribuição da reserva de eficiência, à reserva de programação e ainda aos contratos de cooperação técnica e financeira.

O bem estar das populações e a implementação das melhores opções para a concretização desse desiderato, continua a assentar na atuação a dois grandes níveis: um imperativo e outro estrutural e empreendedor.

2.3 A Nível Imperativo:

Continuamos a destacar como principais linhas orientadoras as seguintes:

- Consolidar, tanto quanto possível, uma política defensora dos agentes locais;
- Cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas com particular atenção ao mercado local;
- Redução do investimento com recurso exclusivo a capitais próprios;
- Apoiar iniciativas que se traduzam em mais valias para o concelho;
- Maximização dos recursos e meios próprios.



2.4 A Nível Estrutural e Empreendedor:

Estes domínios são os que mais se relacionam com a componente de realização de obras. Em síntese, privilegiamos:

- A criação de condições de expansão e captação de investimentos;
- A defesa e promoção da educação e cultura;
- O apoio às I.P.S.S.'s e promoção de uma política social e educativa, imprescindível em tempo de grave crise;
- A requalificação de espaços públicos;
- A reabilitação do património, numa clara preservação da cultura e promoção do turismo;
- Actuações ao nível do tratamento e salvaguarda dos recursos hídricos;
- A implementação de estratégias de consolidação do espaço edificado de forma harmoniosa e eficaz;
- O apoio à atividade das freguesias, clubes e associações, fundamentais na construção de dinâmicas sociais, culturais e desportivas geradoras de desenvolvimento económico.

Pretende-se pois, numa lógica de continuidade do trabalho desenvolvido, manter e consolidar a qualidade de vida dos munícipes, num tempo de particular especificidade, em que a atenção a todos e a cada um exigiu um redobrado esforço de políticas sociais de proximidade.

É certo que não é possível eliminar todos os constrangimentos e dificuldades dos munícipes mas, o objetivo de minorar as adversidades, com as políticas e medidas concretas adotadas, foi alcançado.

3 – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos:

O Orçamento da Receita e da Despesa e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano financeiro de 2013, foram aprovados em 03 de dezembro de 2012 pela Câmara Municipal e em 21 de dezembro do mesmo ano, pela Assembleia Municipal, num total de 14.303.875,00€.

Ao longo do ano, motivadas pela normal gestão dos recursos financeiros do Município, propuseram-se e foram aprovadas, 5 revisões ao orçamento da receita, 21 alterações e 4 revisões ao orçamento da despesa e ainda 19 alterações e 3 revisões ao Plano Plurianual de Investimentos.

A primeira revisão ao Orçamento da Receita esteve relacionada com o reforço de algumas rubricas de receitas corrente no valor de 60.000,00€, aprovada pela Câmara Municipal em 21 de janeiro e pela Assembleia Municipal em 01 de fevereiro de 2013.

A segunda revisão ao Orçamento de Receita esteve relacionada com a utilização do saldo da gerência anterior no valor de 158.798,88€, aprovada pela Câmara Municipal a 02 de abril e pela Assembleia Municipal em 24 de abril de 2013.

A terceira revisão ao Orçamento de Receita foi para reforçar a rubrica 100307 (Estado – Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados) no valor de € 146.720,12 e redução na rubrica 1003010499 (Ministério da Administração Interna) relacionados com a Aquisição do Direito de Superfície da GNR e Reabilitação do Edifício aprovada pela Câmara Municipal a 15 de abril e pela Assembleia Municipal a 24 de abril de 2013.

A quarta revisão ao Orçamento da Receita no montante de 110.000,00€ esteve relacionada com o reforço da rubrica económica 090106 que teve a ver com a Requalificação da Rede Escolar, tendo sido aprovada pela Câmara Municipal em 13 de Maio de 2013 e pela Assembleia Municipal em 28 de junho de 2013.

A quinta revisão ao Orçamento da Receita no montante de 150.000,00€ esteve relacionada com o reforço da rubrica da classificação económica 020102 (IMI) e o previsível

aumento motivado pelas recentes avaliações de imóveis aprovada pela Câmara Municipal a 11 de junho de 2013 e pela Assembleia Municipal a 28 de junho de 2013.

A primeira revisão ao Orçamento da Despesa no montante de € 60.000,00, esteve relacionada com o reforço de algumas rubricas de despesas correntes e de capital, aprovada pela Câmara Municipal em 21 de janeiro de 2013 e pela Assembleia Municipal em 01 fevereiro de 2013.

A segunda revisão ao Orçamento da Despesa no valor de € 121.628,37 esteve relacionada com a aquisição de Direito de Superfície do posto da GNR e Reabilitação do Edifício da GNR, aprovada pela Câmara Municipal em 15 de abril de 2013 e pela Assembleia Municipal em 24 de abril de 2013.

A terceira revisão ao Orçamento da Despesa teve a ver com a Requalificação da Rede Escolar no montante de 110.000,00€, foi aprovada pela Câmara Municipal em 13 de Maio de 2013 e pela Assembleia Municipal em 28 de junho 2013.

A quarta revisão ao Orçamento da Despesa esteve relacionada com o reforço de 150.000,00€ da rubrica 100603 (Sociedade Financeira – Bancos e Outras Instituições Financeiras) e foi aprovada pela Câmara Municipal em 11 de junho de 2013 e pela Assembleia Municipal em 28 de junho de 2013.

4 - Considerações Gerais das Contas do Município:

O presente quadro reflete os movimentos dos recebimentos e dos pagamentos de todas as operações efetuadas no presente ano económico e financeiro. De seguida, passaremos a analisar, detalhadamente, os respetivos saldos. Realça-se o saldo para a gerência seguinte de 844.751,91 € em operações orçamentais.

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Recebimentos		
Saldo da gerência anterior		725.801,43 €
Execução orçamental	158.798,88 €	
Operações de tesouraria	567.002,55 €	
Receitas orçamentais		9.538.729,62 €
Correntes	6.519.883,88 €	
Capital	3.018.845,74 €	
Outras		
Operações de tesouraria		632.607,48 €
Total		10.897.138,53 €
Pagamentos		
Despesas Orçamentais		8.852.776,59 €
Correntes	5.348.527,53 €	
Capital	3.504.249,06 €	
Operações de tesouraria		627.890,46 €
Saldo para a gerência seguinte		1.416.471,48 €
Execução orçamental	844.751,91 €	
Operações de tesouraria	571.719,57 €	
Total		10.897.138,53 €

5 – Receita:

5.1 Estrutura da Receita:

O quadro que se segue discrimina por rubricas, a receita arrecadada na gerência de 2013, a qual totalizou o montante de 9.538.729,62 €.

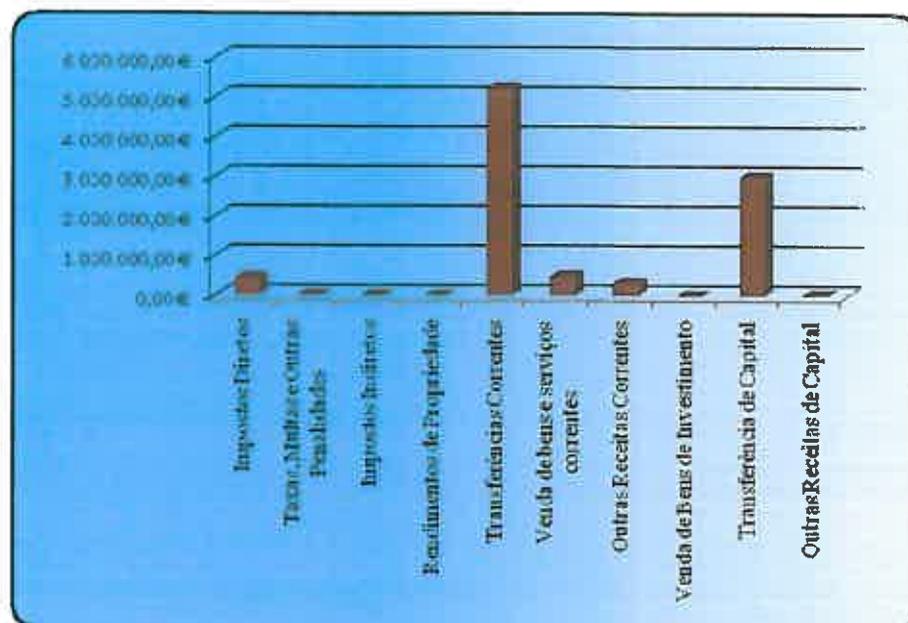
RESUMO DA RECEITA				
Receitas Correntes			Receitas Capital	
Impostos Diretos	458.588,26 €	4,81%	Venda de Bens de Investimento	2.535,05 € 0,03%
IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis	333.532,47 €	3,50%		
IUC - Imposto Único de Circulação	85.457,66 €	0,90%	Transferência de Capital	2.996.860,31 € 31,42%
IMT - Imposto Municipal Sobre Transações Onerosas Imóveis	39.585,11 €	0,41%	Administração Central:	
Contribuição Autárquica	13,02 €	0,00%	- Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.139.473,00 € 11,95%
			- Ministério da Educação	124.407,91 € 0,01 €
Impostos Indiretos	14.971,25 €	0,16%	- Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	183.094,81 € 1,92%
			- Participação comunitária em projetos cofinanciados	1.532.290,57 € 16,06%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	19.565,30 €	0,21%	Administração Local	17.594,02 € 0,18%
Rendimentos Propriedade	1.462,08 €	0,02%	Outras receitas de capital	19.450,38 € 0,18%
Transferências Correntes	5.209.185,18 €	54,61%		
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	296.052,26 €	3,10%		
Administração Central:				
- Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.557.890,00 €	47,78%		
- Fundo Social Municipal	56.292,00 €	0,59%		
- Participação variável no IRS	65.907,00 €	0,69%		
- Outras	233.043,92 €	2,44%		
Venda de bens e serviços correntes	492.494,77 €	5,16%		
Outras Receitas Correntes	323.617,04 €	3,39%		
Total das Receitas Correntes	6.519.883,88 €	68,35%	Total das Receitas Capital	3.018.845,74 € 31,65%
Total das Receitas Orçamentais			9.538.729,62 €	

Relativamente à sua estrutura ou composição, salientam-se os seguintes aspectos:

- No ano de 2013 verificou-se uma redução de 374.185,88€ face às receitas do ano de 2012. Essa evolução resultou de um decréscimo de 1.846.545,33€ nas receitas de capital e um acréscimo de 1.472.359,45€ nas receitas correntes;
- Dentro das receitas correntes verificou-se uma supremacia das Transferências Correntes, com especial relevância para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação variável no IRS, que representam 49,06% da totalidade das receitas anuais.
- Convém realçar que a venda de bens e serviços representaram 5,16% da receita total do município no ano de 2013.
- Relativamente às receitas de capital podemos dizer que são essencialmente verbas resultante do FEF- Fundo de Equilíbrio Financeiro e de Fundos Comunitários. Estas totalizam o montante de 2.671.763,57€ e representam 88,50% das receitas de capital;

O gráfico seguinte é elucidativo a este respeito:

ESTRUTURA DA RECEITA



Mais detalhadamente, poder-se-á ainda referir o seguinte:

- O capítulo dos Impostos Diretos, divide-se em: Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Único de Circulação, Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Contribuição Autárquica, com valores percentuais de 5,12%, 1,31%, 0,61% e 0% face ao total da Receita Corrente e valores absolutos na ordem de 333.532,47€ na primeira, 85.457,66€ na segunda, 39.585,11€ na terceira e 13,02€ na quarta.

Fazendo agora uma divisão global da receita na óptica da sua autonomia, a estrutura obtida é a seguinte:

RECEITA TOTAL - FUNDOS PRÓPRIOS E ALHEIOS		
Rubricas	Valores	Percentagem
Receitas Próprias	1.313.233,75 €	13,77%
Transferências		
FEF / FSM / Participação IRS	5.819.562,00 €	61,01%
Outras Transferências	2.405.933,87 €	25,22%
TOTAL	9.538.729,62 €	100%

Relativamente aos quadros anteriores, a sua análise descritiva merece os seguintes comentários:

- Em primeiro lugar, um volume de receitas próprias de 1.313.233,75€, a que corresponde um reduzido índice de autonomia financeira de, aproximadamente, 13,77%.
- Peso relevante das Transferências Totais (FEF / FSM / Participação Variável no IRS + Outras Transferências), com um valor muito expressivo: 8.225.495,87€, representando 86,23%.



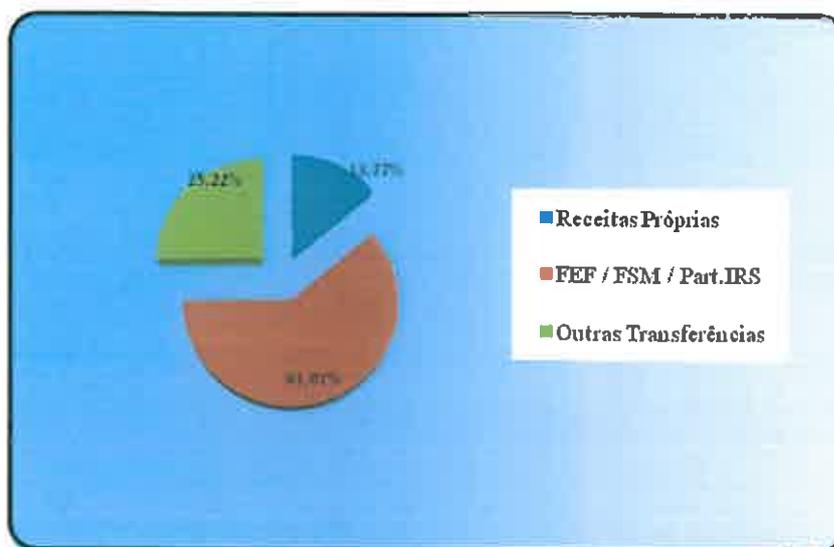
Da análise do quadro seguinte, relativo às receitas próprias, verifica-se o seguinte:

- Supremacia da Venda de Bens e Serviços Correntes, no cômputo das receitas próprias, com um valor relativo de 37,50%, seguido dos Impostos Diretos que representam 34,92% das receitas próprias.

RECEITA - FUNDOS PRÓPRIOS		
Rubricas	Valores	Percentagem
Impostos Diretos	458.588,26 €	34,92%
Impostos Indiretos	14.971,25 €	1,14%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	19.565,30 €	1,49%
Rendimentos de Propriedade	1.462,08 €	0,11%
Venda de Bens e Serviços Correntes	492.494,77 €	37,50%
Outras Receitas Correntes	323.617,04 €	24,64%
Venda de Bens de Investimento	2.535,05 €	0,19%
TOTAL	1.313.233,75 €	100%

Fazendo agora um breve comentário aos “Fundos Alheios” e aos capítulos que os abrangem, nomeadamente, Transferências, já que o seu significado e conteúdo não é imediato, mas contudo, relevante, convirá ter presente que na sua maioria são constituídas por receitas consignadas a projetos específicos em áreas bem diversas, nomeadamente requalificação urbanística, educação, saúde, vias de comunicação, entre outras, cobrindo sobretudo despesas de capital, em particular, investimentos.

AUTONOMIA FINANCEIRA



5.2 Evolução da Receita:

A evolução da receita relativamente às gerências anteriores (2011 e 2012), analisada segundo as ópticas já utilizadas, está representada nos quadros que se seguem.

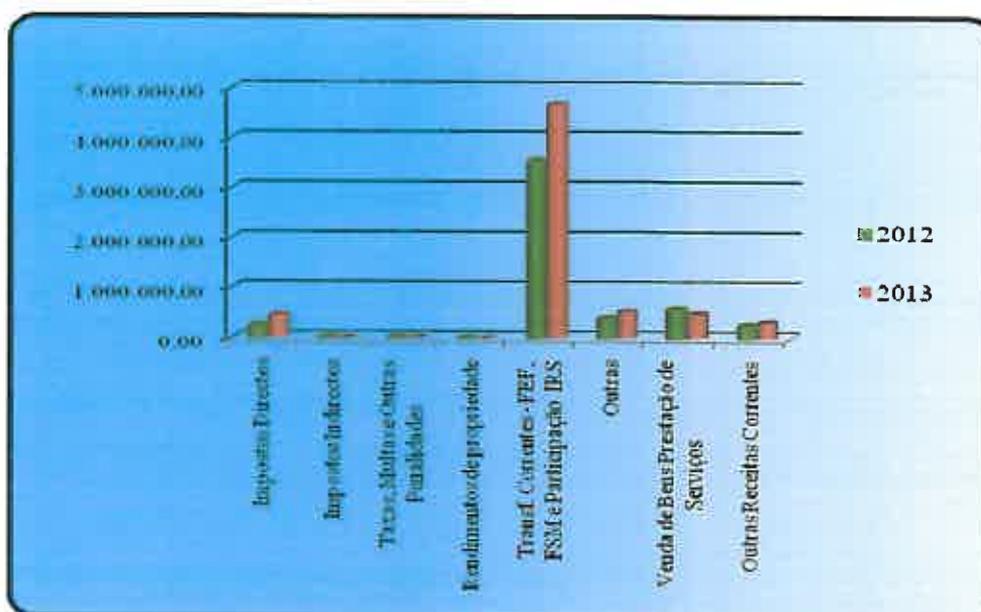
EVOLUÇÃO DA RECEITA					
Receitas Correntes	2011	2012	2013	Variação Absoluta 2013/2012	Variação Proporcional
Impostos diretos	274.557,16 €	240.719,51 €	458.588,26 €	217.868,75 €	90,51%
- IMI - Imposto Municipal s/ Imóveis	140.520,11 €	143.716,61 €	333.532,47 €	189.815,86 €	132,08%
- IUC - Imposto Único de Circulação	52.396,15 €	72.016,22 €	85.457,66 €	13.441,44 €	18,66%
- IMT - Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	81.640,90 €	24.976,08 €	39.585,11 €	14.609,03 €	58,49%
Imp. Abolidos - Contribuição autárquica	0,00 €	10,60 €	13,02 €	2,42 €	22,83%
Impostos indiretos	10.715,45 €	17.386,92 €	14.971,25 €	-2.415,67 €	-13,89%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	32.193,85 €	21.220,22 €	19.565,30 €	-1.654,92 €	-7,80%
Rendimentos de propriedade	4.640,27 €	2.228,04 €	1.462,08 €	-765,96 €	-34,38%
Transferências Correntes	4.216.901,81 €	3.938.012,52 €	5.209.185,18 €	1.271.172,66 €	32,28%
FEF; FSM; Participação no IRS	3.726.803,00 €	3.540.617,00 €	4.680.089,00 €	1.139.472,00 €	32,18%
Outras	490.098,81 €	397.395,52 €	529.096,18 €	131.700,66 €	33,14%
Venda de Bens e Serviços Correntes	594.015,71 €	579.208,52 €	492.494,77 €	-86.713,75 €	-14,97%
Outras Receitas Correntes	280.584,32 €	248.748,70 €	323.617,04 €	74.868,34 €	30,10%
Total Receitas Correntes	5.413.608,57 €	5.047.524,43 €	6.519.883,88 €	1.472.359,45 €	29,17%
Receitas de Capital	2011	2012	2013	Variação Absoluta 2013/2012	Variação Proporcional
Venda de Bens de Investimento	161,12 €	714,01 €	2.535,05 €	1.821,04 €	255,04%
Transferências de Capital	3.807.107,96 €	4.864.677,06 €	2.996.860,31 €	-1.867.816,75 €	-38,40%
FEF	2.399.178,00 €	2.278.945,00 €	1.139.473,00 €	-1.139.472,00 €	-50,00%
Outras	1.407.929,96 €	2.585.732,06 €	1.857.387,31 €	-728.344,75 €	-28,17%
Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Outras Receitas de Capital	0,00 €	0,00 €	19.450,38 €	19.450,38 €	
Total Receitas de Capital	3.807.269,08 €	4.865.391,07 €	3.018.345,74 €	-1.846.545,33 €	-37,95%
Receitas Totais	9.220.877,65 €	9.912.915,50 €	9.538.729,62 €	-374.185,88 €	-3,77%

Tal como se procedeu no ponto anterior, sublinham-se de seguida e, resumidamente, os aspectos que se configuram como mais relevantes:

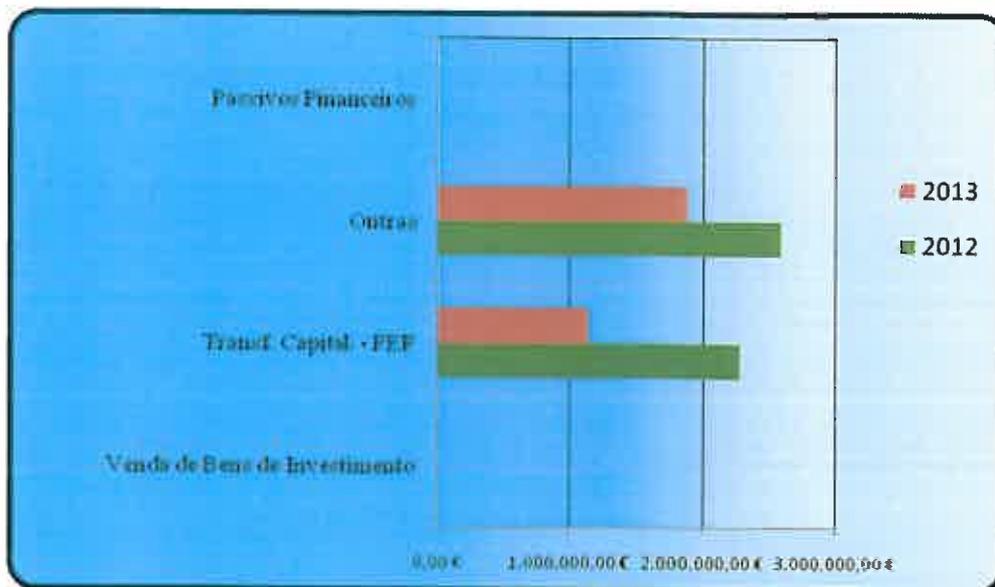


- Descida significativa da receita total, no valor de 374.185,88€, em percentagem da ordem dos 3,77% relativamente ao ano anterior, resultando essencialmente de um decréscimo de receitas oriundas de Fundos Comunitários.
- As receitas correntes registaram um aumento de 1.472.359,45€, isto é, de 29,17% face ao ano anterior, que advém do acréscimo do montante de receitas correntes previsto no Orçamento de Estado de 2013 e transferido para o Município de Vimioso respeitante à participação dos municípios nos impostos municipais registou uma subida de 1.139.472,00€.
- Dentro das receitas correntes também convém realçar que os impostos diretos apresentaram uma evolução positiva e um acréscimo de 90,51% face ao ano de 2012.
- O cálculo da variação absoluta das receitas de capital dos anos de 2013 e de 2012 permite-nos concluir que se verificou uma descida de 1.846.545,33€.
- No âmbito das transferências de capital, o Fundo de Equilíbrio Financeiro registou um decréscimo de 1.139.472,00€ e os fundos comunitários registaram uma descida de 966.950,51€.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES



EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CAPITAL



EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Rubricas	2011	2012	2013	Varição Absoluta 2013-2012	Varição Relativa
Impostos Diretos	274.557,16 €	240.719,51 €	458.588,26 €	217.868,75 €	90,51%
Impostos Indiretos	10.715,45 €	17.386,92 €	14.971,25 €	-2.415,67 €	-13,89%
Taxas Multas e Outras Penalidades	32.193,85 €	21.220,22 €	19.565,30 €	-1.654,92 €	-7,80%
Rendimentos de Propriedade	4.640,27 €	2.228,04 €	1.462,08 €	-765,96 €	-34,38%
Venda de Bens e Serviços	594.015,71 €	579.208,52 €	492.494,77 €	-86.713,75 €	-14,97%
Outras Receitas Correntes	280.584,32 €	248.748,70 €	323.617,04 €	74.868,34 €	30,10%
Venda de Bens de Investimento	161,12 €	714,01 €	2.535,05 €	1.821,04 €	255,04%
TOTAL	1.196.867,88 €	1.110.225,92 €	1.313.233,75 €	203.007,83 €	18,29%

Também aqui, analisando o quadro anterior, mais detalhadamente, deve salientar-se:

- Subida significativa na receita fiscal no montante de 217.868,75€;
- Decréscimo no capítulo de Venda de Bens e Prestação de Serviços em 86.713,75€;
- De referir na Venda de Bens de Investimento uma subida de 1.821,04€ e um aumento de 74.868,34€ na rubrica Outras Receitas Correntes;
- Redução de 34,38% nos Rendimentos de Propriedade face ao ano anterior.



6 – Despesa:

6.1 Estrutura da Despesa:

Os dois quadros que se seguem reproduzem a estrutura da despesa durante a gerência em análise, a qual, como se pode verificar, totalizou o valor de 8.852.776,59€.

ESTRUTURA GLOBAL DA DESPESA		
Descrição	2013	%
Despesas Correntes	5.348.527,53 €	60,42%
Despesas Capital	3.504.249,06 €	39,58%
Despesas Totais	8.852.776,59 €	100,00%

A este propósito, justificar-se-ão as seguintes observações:

- Supremacia das despesas correntes com 60,42%, a que corresponde um volume de fundos de 5.348.527,53€, por contraposição aos 39,58% das despesas de capital, com um valor de 3.504.249,06€;
- Presença intermédia das despesas com a Aquisição de Bens de Capital, Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços Correntes, com uma expressão de 33,38%, 27,66% e 22,67%, respetivamente, no contexto das despesas totais;
- É de salientar uma percentagem reduzida no que respeita às Outras Despesas de Capital com 0,37%;
- Presença não muito significativa das restantes rubricas da classificação económica;

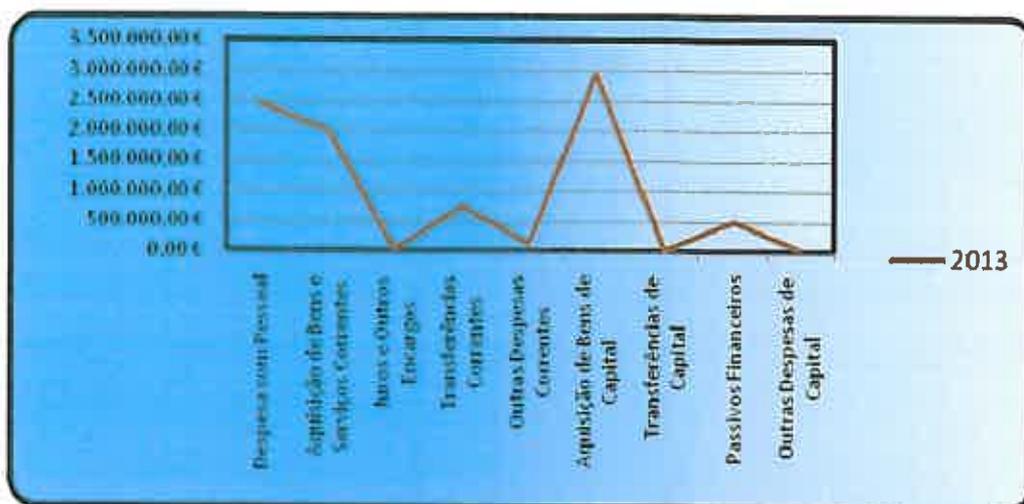
ESTRUTURA DETALHADA DA DESPESA		
Descrição	2013	%
Despesa com Pessoal	2.448.461,55 €	27,66%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	2.006.624,52 €	22,67%
Juros e Outros Encargos	40.556,15 €	0,46%
Transferências Correntes	742.706,51 €	8,39%
Outras Despesas Correntes	110.178,80 €	1,24%
Aquisição de Bens de Capital	2.955.304,42 €	33,38%
Transferências de Capital	16.742,71 €	0,19%
Passivos Financeiros	499.067,49 €	5,64%
Outras Despesas de Capital	33.134,44 €	0,37%
TOTAL	8.852.776,59 €	100,00%

No que respeita aos investimentos previstos na rubrica de "Aquisição de Bens de Capital" que totaliza um valor na ordem dos 2.955.304,42€, podemos realçar as despesas com as "Construções Diversas" (1.286.815,68€) das quais se destacam as despesas com "Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares" com um montante de 478.149,39€, as "Estações de Tratamento de Águas Residuais" com 292.842,60€, a "Captação e Distribuição de Água" com 259.694,60€ e a "Viação Rural" com 158.328,85€.

Os "Edifícios" (924.297,45€) também têm um peso elevado e é de realçar, dentro destes, as despesas com "Escolas" que ascendem a 449.840,90€ e "Outros Edifícios" com 341.956,57€, dos quais 311.251,27€ respeitam a despesas associadas às Termas da Terronha.

Os outros investimentos (Terrenos, Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária, Instalações Desportivas e Recreativas, Sinalização e Trânsito, Outras Construções Diversas, Material de Transporte, Equipamento de Informática, Equipamento Básico e Outros Investimentos) representam um total de 893.949,93€. A despesa associada a "Bens de Património Histórico, Artístico e Cultural" perfaz um total de 80.541,58€.

ESTRUTURA DAS DESPESAS



ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES

Descrição	2013	%
Pessoal	2.448.461,55 €	45,78%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	2.006.624,52 €	37,52%
Juros e Outros Encargos	40.556,15 €	0,76%
Transferências Correntes	742.706,51 €	13,89%
Outras Despesas Correntes	110.178,80 €	2,06%
Total	5.348.527,53 €	100,00%

Para finalizar este capítulo e com base no quadro que se segue, podemos ainda verificar que a estrutura das Despesas Correntes é marcada, no contexto geral, por dois pólos, as Despesas com Pessoal com 45,78% e a Aquisição de Bens e Serviços Correntes com 37,52%, a que se seguem as restantes, com uma expressão percentual menos significativa.

6.2 Evolução da Despesa:

A análise comparativa da despesa executada no ano económico em apreço e a da gerência anterior, está representada no quadro seguinte, através do qual poderemos constatar que a despesa registou face ao ano de 2012 um decréscimo de 1.115.905,50€, o que representa uma taxa aproximada de 11,55%.

EVOLUÇÃO DA DESPESA				
Despesas Correntes	2012	2013	Variação Absoluta	Variação Relativa
Despesa com pessoal	2.240.952,54 €	2.448.461,55 €	207.509,01 €	9,26%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	1.785.689,60 €	2.006.624,52 €	220.934,92 €	12,37%
Juros e Outros Encargos	176.601,82 €	40.556,15 €	-136.045,67	-77,04%
Transferências Correntes	598.334,31 €	742.706,51 €	144.372,20	24,13%
Outras Despesas Correntes	72.750,26 €	110.178,80 €	37.428,54 €	51,45%
Total Despesas Correntes	4.874.328,53 €	5.348.527,53 €	474.199,00 €	9,73%
Despesas Capital	2012	2013	Variação Absoluta	Variação Relativa
Aquisição de Bens de Capital	4.709.635,40 €	2.955.304,42 €	-1.754.330,98	-37,25%
Transferências de Capital	0,00 €	16.742,71 €	16.742,71	
Passivos Financeiros	410.032,62 €	499.067,49 €	89.034,87	21,71%
Outras Despesas de Capital	14.685,54 €	33.134,44 €	18.448,90	125,63%
Total Despesas de Capital	5.134.353,56 €	3.504.249,06 €	-1.630.104,50 €	-31,75%
Despesas Totais	10.008.682,09 €	8.852.776,59 €	-1.155.905,50 €	-11,55%

Registando-se um acréscimo de 9,73% nas Despesas Correntes e um aumento nas Transferências Correntes de 24,13%.

O aumento nas Despesas com Pessoal em 9,26% é motivado, essencialmente, pelo pagamento em 2013 dos subsídios de férias e de Natal que no ano de 2012 não foram processados.

Decréscimo de 77,04% na rubrica de Juros e Outros Encargos que tem na origem as baixas taxas de juro verificadas no ano de 2013.

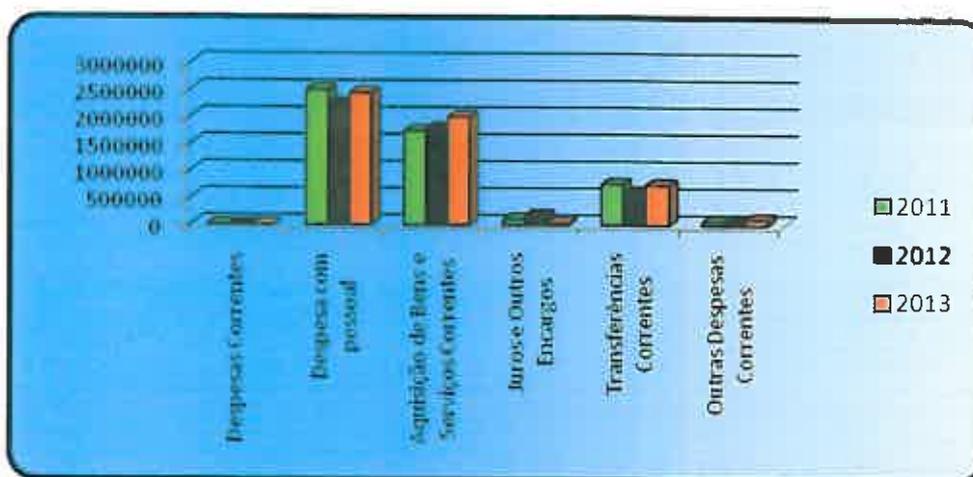
Handwritten signature and date: 10/10/13

No que respeita às Despesas de Capital, a Aquisição de Bens de Capital registaram um decréscimo de 1.754.330,98€.

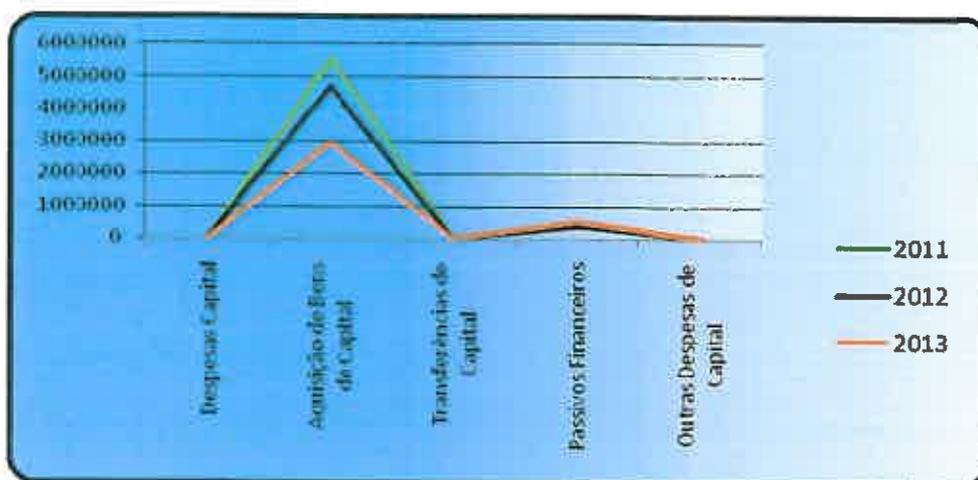
Regista-se uma subida de 89.034,87€ nos Passivos Financeiros, resultante da amortização de empréstimos contratados em anos anteriores.

As Transferências de Capital sofreram um aumento de 16.742,71€ que respeita ao equilíbrio das contas do SEL – Setor Empresarial Local, no qual o Município de Vimioso transferiu para a empresa municipal – VIMIOSO 2003 - ATIVIDADES ARTESANAIS E TURÍSTICAS DE VIMIOSO, E. M., o valor respeitante ao valor negativo do resultado líquido do exercício antes de impostos do exercício de 2012.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CAPITAL





7 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

No que respeita à Execução Financeira Anual do PPI, salienta-se o valor de 3.926.473,60€, o que corresponde a um grau de execução de 49,41%.

É de salientar que estamos a falar de execução financeira e não de execução física, pois que, neste domínio, há vários investimentos que constam do PPI, com uma execução física adiantada e em alguns casos, concluídos, sem que aos mesmos corresponda igual execução financeira.

Do ponto de vista operacional, destacam-se como principais contributos para obtenção daquela taxa os pagamentos realizados pelos seguintes objetivos:

- 2.1. Educação (83,62%);
- 2.2. Saúde (93,11%);
- 2.3. Segurança e Ação Sociais (72,43%);
- 2.4. Habitação e Serviços Coletivos (41,95%);
- 2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos (28,41%);
- 3.2. Indústria e Energia (82,85%);
- 3.3. Transportes e Comunicações (23,20%);
- 3.4. Comércio e Turismo (78,17%); e
- 4.3. Diversas não especificadas (57,94%).

Do ponto de vista de continuidade do modelo de desenvolvimento definido, foi realizado um conjunto de obras / investimentos das quais se destacam:

1. Beneficiação da Escola EB 2,3 de Vimioso (262.222,05€);
2. Requalificação da Rede Escolar (109.179,99€);
3. Termas da Terronha – Vimioso - Balneário Termal (311.251,27€);
4. Requalificações Urbanísticas no Concelho (190.781,46€);
5. Elaboração de Estudos e Projetos (53.043,75€);
6. Aquisição de Terrenos no Concelho (79.799,00€);



7. Beneficiação/Conservação/Reparação de Arruamentos Diversos no Concelho (281.230,23€);
8. Exploração dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais (292.842,60€);
9. Sistemas de Abastecimento Associados às ETA's (250.517,57€);
10. Parque Ibérico Natureza, Turismo e Aventura de Vimioso (28.180,76€);
11. Construção de Regadios (86.389,66€);
12. Conservação e valorização do património rural (33.535,46€);
13. Centro Interpretativo das Minas de Argoselo (47.006,12€);
14. Remodelação/Ampliação da rede de iluminação pública (635.079,72€);
15. Beneficiação da Antiga EN Vimioso – Caçarelhos (Estrada da Ponte do Cabo) (157.940,05€);
16. Construção do Recinto da Feira de Gado (132.499,98€);
17. Aquisição de Máquinas Pesadas (78.720,00€);
18. Aquisição/Reparação/Manutenção de material e/ou equipamento para a oficina (23.015,63€);
19. Aquisição de Material para o Armazém (73.913,27€);
20. Reparação / Manutenção de Viaturas e/ou Máquinas (86.127,32€); e
21. Aluguer de Máquinas e/ou Equipamento (77.262,15€).

Os valores anteriormente descritos, despendidos no decurso do ano de 2013 são reveladores da capacidade financeira e de gestão da autarquia. Contudo, não podemos deixar de afirmar que grande parte das mesmas apenas foi possível executá-las atendendo às necessárias participações provenientes de fundos comunitários.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS				
	Funções Gerais	Funções Sociais	Funções Económicas	Outras Funções
Montante Previsto	493.928,37 €	5.210.433,00 €	1.632.390,00 €	610.377,00 €
Montante Executado	0,00 €	2.643.692,79 €	929.121,63 €	353.659,18 €

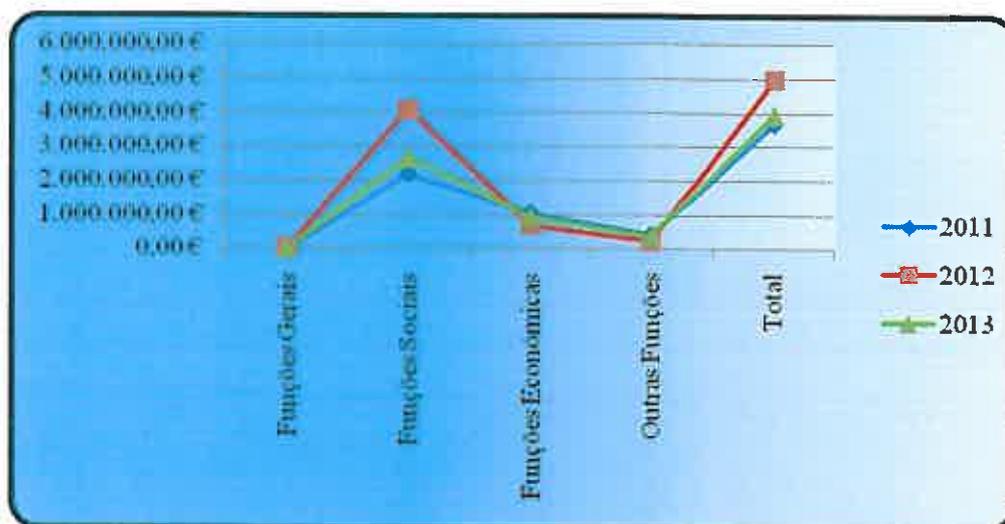


O grande desfasamento entre o montante previsto e o montante executado nas Funções Sociais prende-se com o facto das obras do Centro Interpretativo das Minas de Argoselo” e do “Parque Ibérico Natureza, Turismo e Aventura de Vimioso” apresentarem uma baixa taxa de execução.

As Funções Gerais não apresentam qualquer execução pois a “Reabilitação dos edifícios das forças de segurança” ainda não foi iniciada.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ANUAL DO P. P. I.					
	2011	2012	2013	Varição Absoluta	Varição Relativa
Funções Gerais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Funções Sociais	2.188.600,61 €	4.068.531,93 €	2.643.692,79 €	-1.424.839,14 €	-35,02%
Funções Económicas	1.057.528,32 €	683.200,79 €	929.121,63 €	245.920,84 €	36,00%
Outras Funções	415.156,57 €	208.482,10 €	353.659,18 €	145.177,08 €	69,64%
Total	3.661.285,50 €	4.960.214,82 €	3.926.473,60 €	-1.033.741,22 €	-20,84%

EVOLUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS



Constata-se uma redução significativa comparativamente ao ano transato, em Investimentos em cerca de 20,84%, tendo contribuído para este efeito as rubricas inseridas nas Funções Sociais, que face ano de 2012 decresceram 1.424.839,14€.

As Funções Económicas, apresentam um acréscimo de 245.920,84€ e as Outras Funções registaram um aumento de 145.177,08€.

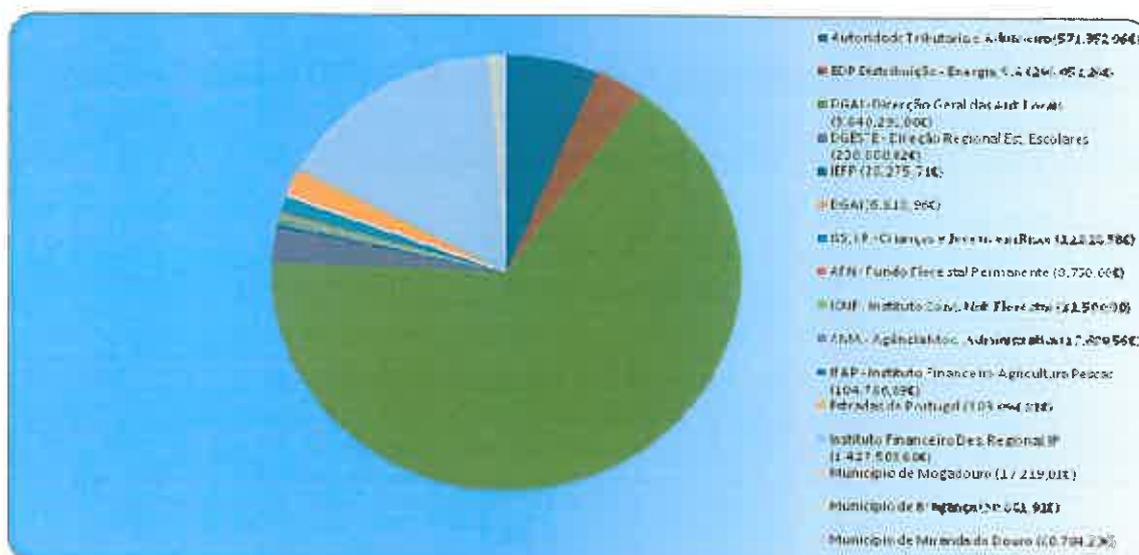


8 - Transferências e Subsídios:

8.1 Receitas Correntes e de Capital:

No gráfico seguinte estão realçadas transferências e subsídios mais significativos, transferidos das principais entidades para o município no presente ano. De entre as instituições, destacam-se a DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, o IFDR - Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a EDP a título de rendas de concessão, a DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, as Estradas de Portugal e o IFAP - Instituto Financeiro Agricultura e Pescas.

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA (2013)



8.2 Despesas:

É de registar que as transferências correntes sofreram um acréscimo de 144.372,20€, ou seja, de aproximadamente 24,13% relativamente ao ano económico de 2012, o que reflete a estreita colaboração deste Município com as diversas instituições.

Por sua vez, em matéria de transferências correntes a instituições sem fins lucrativos, foram concedidos na totalidade 321.223,22€. Dentro dessas transferências destacam-se as concedidas à AHBVV - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vimioso com a importância de 109.637,78€, os Clubes de Futebol com 72.710,00€, a Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa com o valor de 27.435,00€, o Moto-Clube Furões com 23.780,00€, e os Centros e restantes Associações com a quantia de 87.660,44€.

9 - Dívida do Município:

Em 31 de Dezembro de 2008, a Câmara Municipal de Vimioso apresentava uma dívida de 4.397.310,97€, tendo registado uma diminuição no ano de 2009, passando para o montante de 4.020.734,41€, como podemos constatar nos quadro e gráfico infra.

Em 31 de Dezembro de 2010 cifrava-se em 4.755.204,69€, ou seja, verificou-se um aumento da dívida relativamente ao ano transato no montante de 734.470,28€ resultante da contratação de empréstimos (Complexo Desportivo de Vimioso, Parque Ibérico Natureza e Aventura de Vimioso e Sistemas de Microgeração de Energia no Concelho).

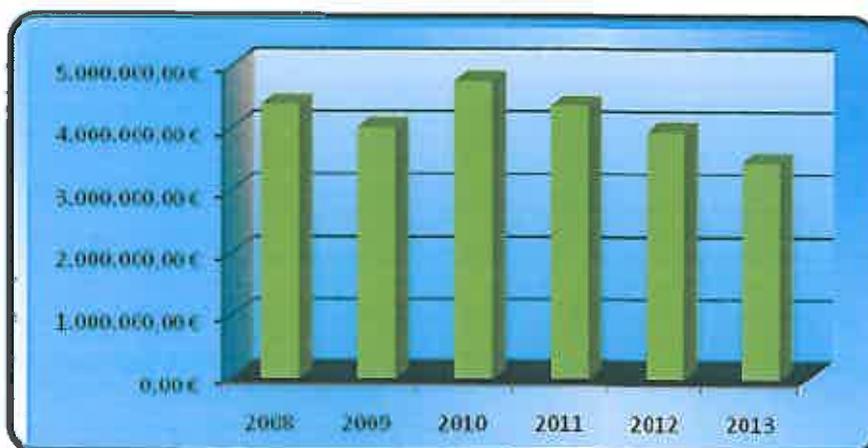
A 31 de Dezembro de 2011 a dívida de médio e longo prazo ascendia a 4.368.015,08€, que representa uma redução de 387.189,61€ face ao ano de 2010. Em 31 de Dezembro de 2012, a Câmara Municipal de Vimioso apresentava uma dívida de 3.957.982,46€, tendo registado uma diminuição relativamente ao ano de 2011, de 410.032,62€.

No final de ano de 2013 a dívida de médio e longo prazo perfazia 3.458.914,97€, resultante do facto de durante o ano de 2013 não se ter contraído qualquer empréstimo e se terem amortizado em 499.067,49€ alguns dos já contratados.

Por sua vez, a totalidade de encargos resultantes do serviço da dívida, totalizou 539.623,64€, dos quais 499.067,49€ respeitam a amortizações, 40.512,85€ a juros de empréstimos de médio e longo prazo, 3,30€ são referentes a juros de locação financeira e 40,00€ são relativos a taxas de expediente.

EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Endividamento	4.397.310,97 €	4.020.734,41 €	4.755.204,69 €	4.368.015,08 €	3.957.982,46 €	3.458.914,97 €

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL





10 - Situação Económica e Financeira – Sua Evolução:

10.1 Estrutura e Evolução Patrimonial:

A evolução patrimonial pode analisar-se através do Balanço, sendo este um documento contabilístico que expressa a situação patrimonial de determinada empresa. O conjunto de bens e direitos constituem o Ativo, enquanto que as obrigações constituem o Passivo.

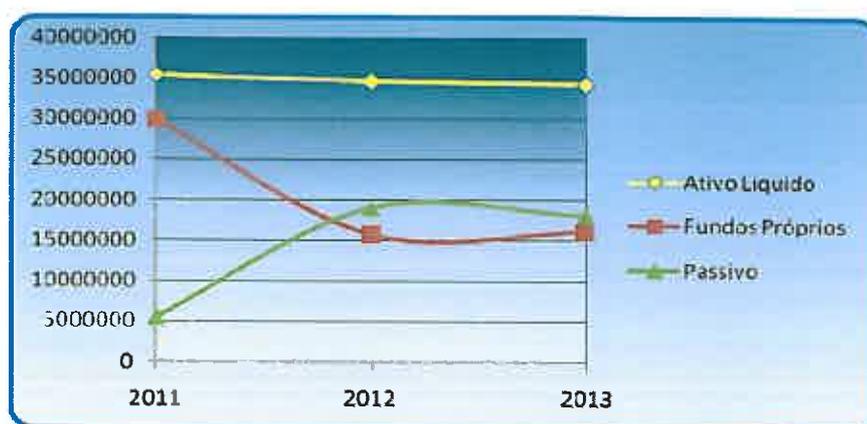
O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio, Ativo = Fundos Próprios + Passivo.

Numa óptica financeira, o Ativo corresponde às aplicações de fundos ou investimentos, onde os bens e direitos do município são financiados quer pelos Fundos Próprios, quer pelo Passivo (Capital Alheio).

No quadro seguinte pode observar-se a evolução de 2012 para 2013 verificada no Ativo, no Passivo bem como nos Fundos Próprios:

Evolução da Estrutura do Balanço			
Rubricas	2012	2013	Variação Absoluta
Ativo Líquido	34.868.353 €	34.233.819 €	-634.533 €
Fundos Próprios	15.777.657 €	16.077.645 €	299.988 €
Passivo	19.090.696 €	18.156.174 €	-934.521 €

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO



10.2 Análise do Ativo:

Tendo por base o quadro seguinte e analisando a composição do Ativo Líquido constante do Balanço, pode ler-se que, a rubrica mais relevante em 2013 foi o Imobilizado, incluindo os investimentos financeiros, com o valor de 32.298.196,16€

ESTRUTURA DO ATIVO			
Descrição	2011	2012	2013
ATIVO FIXO	34.326.231,44 €	32.499.442,32 €	32.298.196,16 €
Bens de Domínio Público	1.177.709,14 €	8.674.776,18 €	8.707.758,37 €
Terrenos e recursos naturais	23.188,31	23.188,31	23.188,31
Outras construções e infraestruturas	1.069.188,57 €	8.566.255,61 €	8.673.555,66 €
Outros bens do domínio público	0,00 €	0,00 €	4.028,00 €
Imobilizações em curso	85.332,26 €	85.332,26 €	6.986,40 €
Imobilizações Incorpóreas			
Imobilizações Corpóreas	33.076.146,30 €	23.763.790,14 €	23.532.061,79 €
Terrenos e recursos naturais	749.403,81 €	1.019.074,22 €	1.352.760,88 €
Edifícios e outras construções	6.552.656,72 €	9.265.930,07 €	12.227.570,17 €
Equipamento básico	685.252,43 €	847.475,18 €	1.447.947,94 €
Equipamento de transporte	368.662,83 €	263.283,01 €	232.538,80 €
Ferramentas e utensílios	79.731,21 €	80.339,73 €	75.205,41 €
Equipamento administrativo	153.480,43 €	131.219,88 €	133.935,27 €
Outras imobilizações corpóreas	67.968,76 €	53.834,87 €	639.817,12 €
Imobilizações em curso	24.418.990,11 €	12.102.633,18 €	7.422.286,20 €
Investimentos Financeiros	72.376,00 €	60.876,00 €	58.376,00 €
Partes de capital	54.625,00 €	54.625,00 €	54.625,00 €
Obrigações e títulos de participação	17.751,00 €	6.251,00 €	3.751,00 €
ATIVO CIRCULANTE	1.063.508,48 €	2.368.910,19 €	1.935.623,24 €
Existências	25.273,43 €	27.672,45 €	30.830,70 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	25.273,43 €	27.672,45 €	30.830,70 €
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	52.736,68 €	1.457.377,79 €	371.304,02 €
Clientes c/ c	0,00 €	1.865,99 €	0,00 €
Utentes c/ c	0,00 €	686,08 €	686,08 €
Clientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	4.969,04 €	7.231,60 €	9.332,12 €
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	47.767,64 €	79.548,85 €	44.138,96 €
Outros devedores	0,00 €	1.368.045,27 €	317.146,86 €
Disponibilidades	869.124,62 €	725.801,43 €	1.416.471,48 €
Depósitos em instituições financeiras	867.174,04 €	723.946,41 €	1.416.112,34 €
Caixa	1.950,58 €	1.855,02 €	359,14 €
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	116.373,75 €	158.058,52 €	117.017,04 €
Acréscimos de proveitos	95.849,52 €	137.905,03 €	94.121,50 €
Custos diferidos	20.524,23 €	20.153,49 €	22.895,54 €
Total do Ativo Líquido	35.389.739,92 €	34.868.352,51 €	34.233.819,40 €



Fazendo uma análise comparativa do ativo líquido do ano de 2013 com o ano de 2012, convém realçar o seguinte:

- Em 2013 observa-se um decréscimo na rubrica do Imobilizado, em resultado da atualização do património municipal e das amortizações realizadas.
- Face ao ano de 2012, em 2013 registou-se uma redução de 7.422.286,20 no Imobilizado em Curso e um aumento de 2.961.640,10€ na rúbrica de Edifícios e Outras Construções.
- A rubrica de Investimentos Financeiros sofreu uma redução de 2.500,00€ em resultado da alienação da totalidade do capital social que o Município de Vimioso detinha na sociedade Caça e Turismo - Terras de Vimioso, Lda.
- Relativamente às dívidas de terceiros de curto prazo verifica-se um decréscimo de 35.409,89€ no montante a receber do Estado e Outros Entes Públicos e de 1.050.898,41€ no montante a receber de Outros Devedores. Esta redução na rúbrica Outros Devedores deve-se à diminuição de pedidos de pagamento da comparticipação de projetos ao investimento.
- Quanto às disponibilidades convém referir o aumento de 692.165,93€ na rubrica de depósitos em instituições financeiras.

10.3 Análise dos Fundos Próprios e do Passivo:

Seguidamente apresenta-se a evolução dos Fundos Próprios e Passivo.

ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Descrição	2012	2013	Variação
FUNDOS PRÓPRIOS	15.777.656,86 €	16.077.645,08 €	299.988,22 €
Património	7.077.947,99 €	7.077.947,99 €	- €
Reservas Legais	1.090.233,84 €	1.119.593,31 €	29.359,47 €
Subsídios		149.999,99 €	149.999,99 €
Doações		9.110,00 €	9.110,00 €
Resultados Transitados	7.022.285,66 €	7.376.434,57 €	354.148,91 €
Resultados Líquidos do Exercício	587.189,37 €	344.559,22 €	- 242.630,15 €
PASSIVO	19.090.695,65 €	18.156.174,32 €	- 934.521,33 €
Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	3.957.982,46 €	3.458.914,97 €	- 499.067,49 €
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	790.143,41 €	574.581,43 €	- 215.561,98 €
Acréscimos de Custos	341.180,21 €	453.201,55 €	112.021,34 €
Proveitos Diferidos	14.001.389,57 €	13.669.476,37 €	- 331.913,20 €



Analisando o quadro anterior podemos afirmar que:

- Os Fundos Próprios registaram um incremento de 299.988,22€, face ao ano anterior, que tiveram por base o aumento de 29.359,47€ nas Reservas Legais, de 149.999,99€ nos Subsídios, 9.110,00€ em Doações, 354.148,91€ em Resultados Transitados.
- No que respeita à rubrica Resultado Líquido do Exercício que regista o montante de 344.559,22€ pode verificar-se que houve uma diminuição face ao ano de 2012, motivada pelo aumento dos custos de amortizações e decréscimo dos proveitos operacionais.

Em relação às Dívidas a Terceiros, estas dividem-se em Curto e Médio, Longo Prazos.

Nas Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo, temos a rubrica Empréstimos de Médio e Longo Prazos que regista o valor de 3.458.914,97€ e que face a 2012 reduziu o seu montante em 499.067,49€.

No que concerne às Dívidas a Terceiros de Curto prazo destaca-se uma redução de 215.561,98€ face ao ano anterior, atendendo que no final do ano de 2013 o Município de Vimioso não tinha qualquer dívida a Fornecedores de Imobilizado e a Fornecedores Conta Corrente.

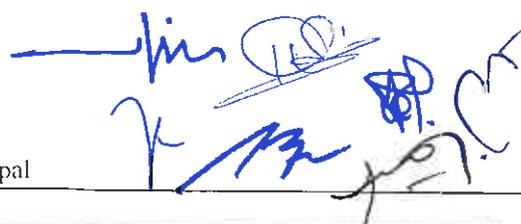
A rubrica de Proveitos Diferidos registou um decréscimo de 331.913,20€ e os Acréscimos de Custos verificaram um aumento de 112.021,34€.

10.4 Análise da Demonstração de Resultados:

A Demonstração do Resultado do exercício é uma demonstração contabilística dinâmica que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido em um exercício, através do confronto das receitas, custos e resultados.

A demonstração do resultado do exercício oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais.

O Município de Vimioso apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2013, um Resultado Líquido de Exercício positivo, no valor de 344.559,22€, constituído pelos seguintes resultados:



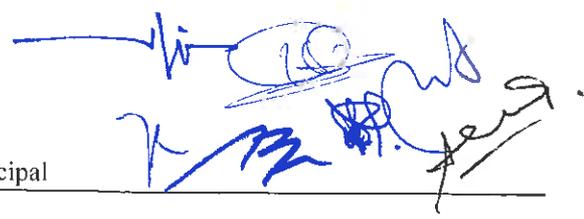
COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				
Descrição		2012	2013	Variação
Resultados Operacionais	1	388.773,47 €	- 186.118,28 €	- 574.891,75 €
Resultados Financeiros	2	- 81.023,24 €	- 46.186,87 €	34.836,37 €
Resultados Correntes	3=1+2	307.750,23 €	- 232.305,15 €	- 540.055,38 €
Resultados Extraordinários	4	279.439,14 €	576.864,37 €	297.425,23 €
Resultados Líquido do Exercício	5=3+4	587.189,37 €	344.559,22 €	- 242.630,15 €

Analisando o quadro atrás apresentado podemos verificar que em 31 de dezembro de 2013 o Resultado Líquido do Exercício decresceu 242.630,15€ e que os Resultados Financeiros e os Resultados Extraordinários registaram uma variação positiva face ao período homólogo do exercício anterior.

Os Resultados Operacionais apresentam um valor negativo de 186.118,28€ e tiveram uma variação negativa de 574.891,75€. O que contribuiu para esse resultado foi o aumento dos custos operacionais em 805.788,71€. Os proveitos operacionais também aumentaram no entanto, não foi suficiente para evitar um resultado operacional negativo, conforme esclarece o quadro a seguir apresentado.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS			
Rubricas	2012	2013	Variação
Proveitos Operacionais	7.150.178,16 €	7.381.075,12 €	230.896,96 €
Vendas e Prestações de Serviços	557.072,48 €	493.883,40 €	- 63.189,08 €
Impostos e Taxas	269.731,86 €	483.430,51 €	213.698,65 €
Transferências e Subsídios Obtidos	6.323.373,82 €	6.403.761,21 €	80.387,39 €
Custos Operacionais	6.761.404,69 €	7.567.193,40 €	805.788,71 €
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	264.457,69 €	410.426,43 €	145.968,74 €
Fornecimentos e Serviços Externos	2.452.668,42 €	2.593.850,93 €	141.182,51 €
Custos com o Pessoal	2.243.086,17 €	2.537.878,96 €	294.792,79 €
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	668.565,70 €	716.954,41 €	48.388,71 €
Amortizações do Exercício	1.132.376,71 €	1.305.109,81 €	172.733,10 €
Outros Custos Operacionais	250,00 €	2.972,86 €	2.722,86 €
Resultados Operacionais	388.773,47 €	- 186.118,28 €	- 574.891,75 €

O aumento dos custos operacionais perde-se essencialmente com os aumentos dos custos com o pessoal, das amortizações do exercício, do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas e do aumento dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos.



Os proveitos operacionais cresceram 230.896,96€ e deveu-se essencialmente ao aumento dos proveitos resultantes de Impostos e aumento das Transferências e Subsídios.

O Resultado Financeiro, tal como em 31 de dezembro de 2012, apresenta-se negativo, registando no entanto, um melhoramento de 34.836,37€ face ao período homólogo do exercício anterior.

Em dezembro de 2013, o Resultado Extraordinário, apresenta-se positivo em 576.864,37€, o que representa um aumento de 297.425,23€, face ao ano de 2012.

O comportamento das diversas rubricas de resultados conduziu a um decréscimo de Resultado Líquido, face a 31 de dezembro de 2012.



11 - Conclusão:

A defesa do interesse público, a forma clara, objetiva e transparente com que se apresenta o presente relatório evidenciam o rigor que colocamos, dia-a-dia, na gestão da autarquia.

As opções tomadas tiveram em conta a conjuntura financeira, económica e social que o país atravessa (crise) e a consequente resposta, possível, para minorar as consequências/efeitos no nosso concelho.

Mantivemos os pagamentos a fornecedores e a empreiteiros em dia. Reduzimos o volume de dívida e, mesmo assim, não deixamos de realizar investimentos orientados para o bem estar da nossa população, por um lado, e para a atração de investimento e valorização dos nossos recursos com potencial turístico, por outro.

Os munícipes revêm-se e orgulham-se de termos uma autarquia que cumpre com os seus compromissos ganhando prestígio e reconhecimento exterior.

Porque ainda vivemos um tempo de emergência social, estivemos particularmente atentos a essa área e colocamo-nos, como é obrigação de um governo local (autarquia), ao lado das populações.

Não obstante, estivemos particularmente atentos aos fundos comunitários, principal meio que garante o investimento, apesar de estarmos em fase final do presente quadro comunitário (QREN).

Importa olhar para o futuro, sabendo que essa tarefa fica bem mais facilitada se formos herdeiros de um passado de boas contas e investimentos orientados para garantir a sustentabilidade do concelho.

A dedicação ao trabalho e a entrega ao nosso concelho estiveram sempre presentes nas ações dos atores políticos, sejam eles das freguesias (Juntas e Assembleias), sejam do município (Câmara, onde se incluem todos os funcionários e Assembleia).

Mas, os primeiros e principais responsáveis pelo desenvolvimento continuam a ser todos os cidadãos que não se cansam de elevar o nome do seu concelho proporcional ao orgulho que têm do mesmo.

Vimioso, 25 de Março de 2014